

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA**

**LEI Nº 725**

*DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ANGELINA.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANGELINA Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I**

**CAPÍTULO ÚNICO**

Das Disposições Preliminares

Art. 1º O regime jurídico das relações entre o Município de Angelina e seus servidores da Administração Direta, das suas autarquias e fundações que foram criadas, é regulado por este Estatuto, aplicado também aos do Poder Legislativo.

Art. 2º Servidor Público, para todos os efeitos, é a pessoa física legalmente investida em cargo da Administração Pública do Município de Angelina nos termos e condições exigidas por esta Lei.

Art. 3º Cargo da Administração Pública caracteriza-se por um conjunto de atribuições e responsabilidades especificadas em lei, acessível a todo o brasileiro que para o mesmo se qualifique, com nomenclatura própria e remuneração preestabelecida, paga pelo cofre do Município, cujo provimento se dá em caráter efetivo ou em comissão.

§ 1º O cargo público de provimento efetivo integra um grupo de cargos em carreira ascendente cuja hierarquia é disciplinada pela escolaridade e qualificação profissional, além do merecimento e tempo de serviço, que asseguram ao servidor plena mobilidade e progressão funcional.

§ 2º Cada cargo é especificado em manual próprio e na lei que o criou, constando da análise e descrição:

- I - a denominação;
- II - código;
- III - atribuições;
- IV - responsabilidades que o envolve;
- V - condições para o seu provimento;
- VI - habilitações e requisitos qualificativos do seu titular.

Art. 4º Ao titular do cargo é vedado consignar-lhe atribuições e serviços além dos

específicos de suas funções, ressalvado nos interstícios em que é designado para exercer função de confiança ou para participar de comissões ou grupos de trabalho.

*Parágrafo Único* - Função de confiança caracteriza-se por específica responsabilidade, delegada transitoriamente a servidor mediante gratificação, cuja criação e finalidades são determinadas por lei.

## **TÍTULO II**

### **CAPÍTULO I**

#### **Do Provimento**

##### **Seção I**

#### **Disposições Gerais**

Art. 5º Para o ingresso no serviço público do Município, basicamente o candidato deve comprovar:

- I - ser brasileiro;
- II - estar no gozo dos direitos políticos;
- III - estar quites com as obrigações militares;
- IV - estar em dia com as obrigações eleitorais;
- V - ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- VI - comprovar ter boa saúde física e mental;
- VII - não estar no exercício de outro cargo público cuja acumulação a lei não permita.

Art. 6º É assegurado o direito de inscrição para concurso público aos deficientes, em cujas atribuições do cargo a ser provido não sofra prejuízo, reservando-se-lhes até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas.

Art. 7º O provimento de cargo público é feito por ato do Prefeito Municipal ou Presidente da Câmara Municipal, do Presidente de Autarquia e do Presidente de Fundação, segundo a esfera de subordinação.

Art. 8º Dá-se como provimento de cargo público:

- I - a nomeação;
- II - a reversão;
- III - o aproveitamento;
- IV - a reintegração; e
- V - a recondução.

Art. 9º A investidura em cargo público ocorre com a posse.

##### **Seção II**

## Do Concurso Público

Art. 10. A admissão ao serviço público do Município depende sempre de aprovação prévia do candidato em concurso de provas ou, de provas e títulos, exceto para o provimento de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração.

Art. 11. O concurso público é seletivo e de caráter classificatório do candidato quanto aos seus conhecimentos e classificação profissional, vedada qualquer outra modalidade de apreciação e apuração dos resultados.

§ 1º As condições para a realização do concurso são determinadas em edital obrigatoriamente publicado na forma em que são divulgados os atos do Executivo e Legislativo Municipais, dando-se notícias de sua realização na Imprensa local.

§ 2º O concurso possui validade de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

§ 3º Enquanto vigorar a validade do concurso, as chamadas serão obrigatoriamente feitas pela ordem de classificação dos candidatos, sob pena de crime de responsabilidade da autoridade infratora.

Art. 12. A abertura de concurso público para o cargo de provimento efetivo será obrigatória sempre que o número de vagas atingir a um quinto do total de cargos da categoria funcional.

## Seção III

### Da Nomeação

Art. 13. A nomeação é efetiva quando decorrente de candidato aprovado em concurso público, e em comissão para os cargos nomenclaturados de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único. Os atos de designação para o exercício de funções de direção, chefia, assessoramento e assistência, salvo na falta de classificação técnica, recairão em servidor de carreira.

## Seção IV

### Da Evolução Funcional

~~Art. 14. A evolução funcional do servidor acontecerá, sempre, mediante progressão, promoção, acesso e ascensão, segundo as diretrizes estabelecidas por lei para as carreiras na Administração Pública municipal.~~

Art. 14. Ao servidor efetivo que tiver formação em nível superior ou a título de pós graduação, e desde que não seja exigido como habilitação mínima para o cargo que ocupa, fica assegurada promoção equivalente a 5% do seu vencimento-base para cada titulação,

limitada a concessão de duas promoções - 10% (dez por cento).

*Parágrafo Único* – A formação a que se refere o caput deste artigo deverá ser obtida em curso reconhecido pelo MEC e guardar relação com as funções do respectivo cargo efetivo que ocupa, devendo-se o seu pagamento ser lançado em rubrica própria na folha salarial. *(Redação dada pela Lei Complementar Nº 13/2011).*

## **Seção V**

### **Da Posse e do Exercício**

Art. 15. Considera-se posse o ato em que o nomeado manifesta, pessoal e expressamente, a sua vontade de aceitar e cumprir atribuições, os deveres e as responsabilidades atinentes ao cargo em que fora investido, com o compromisso de bem o servir.

§ 1º A posse deve ocorrer dentro de 30 (trinta) dias que se seguem da publicação do ato da nomeação, prorrogáveis por igual período a requerimento tempestivo do interessado.

§ 2º A posse não ocorrida no prazo estabelecido por ato ou omissão de responsabilidade do nomeado, torna insubsistente a nomeação.

§ 3º Do ato de posse lavra-se termo que assinarão a autoridade competente, servidor e, no mínimo, duas testemunhas, ocasião em que o nomeado apresentará declaração de bens e inexistência de incompatibilidade para o exercício do cargo.

§ 4º Comprovando o servidor a existência de motivos legais que o impeçam de tomar posse, o prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo passará a correr a partir da data em que cessar o impedimento.

§ 5º Em nenhuma hipótese a posse será dada a servidor que, previamente, não tiver cumprido as determinações do artigo quinto deste Estatuto, exceto para o servidor que já se encontre em efetivo exercício de outro cargo público.

§ 6º A deficiência de capacidade física comprovadamente estacionária não será considerada como impedimento psíquico e somático, desde que a mesma não obste o desempenho normal das funções inerentes ao cargo.

Art. 16. Compreende-se por exercício o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

§ 1º O início, a suspensão, a interrupção, o reinício e causas relativas ao exercício que promovam alteração na vida funcional do servidor, serão registrados no assentamento individual para os efeitos deste Estatuto no que concerne a direitos e obrigações.

§ 2º O servidor transferido, removido, redistribuído, requisitado ou cedido, para ter exercício em outra localidade, tem 30 (trinta) dias, a partir da publicação do ato, para assumir o cargo,

incluído o tempo necessário para se deslocar até à nova sede.

§ 3º Além de outras concessões legalmente admitidas, o servidor poderá ter autorização para afastar-se do exercício de seu cargo, com prazo certo e sem perdas de direitos, com a finalidade da prestação de serviço, missão, frequência de curso, pesquisa ou convênios de interesse da Administração Pública, fora de sua sede funcional, ou para representar o Município, o Estado ou o País em competições desportivas oficiais.

§ 4º O afastamento do servidor, desde que ocupante do cargo de provimento efetivo, para o exercício de mandato eletivo municipal, só poderá ocorrer quando a representação for exercida em localidade diversa da de sua sede funcional ou por incompatibilidade de horário, limitar-se-á exclusivamente ao horário de funcionamento das sessões da Câmara de Municipal.

§ 5º O servidor afastado para frequentar cursos com licença remunerada, não lhe será deferido pedido de afastamento para tratar de interesses particulares, antes do decurso de igual período de seu afastamento, salvo o ressarcimento das despesas e da remuneração pagas durante o curso, atualizadas monetariamente.

§ 6º O servidor que for preso preventivamente, pronunciado por crime comum, denunciado por crime funcional, ou condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia, ficará afastado do exercício de seu cargo até decisão final transitada em julgado, bem como, na hipótese de condenação, e não sendo esta de natureza que determine a demissão, o mesmo continuará afastado até o cumprimento total da pena.

## **Seção VI**

### **Da Lotação**

Art. 17. Lotação é o número de servidores fixado por lei para ter exercício em cada órgão, em cada entidade, e suas unidades, distribuído em cargos e funções que formam o quadro de pessoal e sua respectiva estruturação.

§ 1º A lotação pessoal do servidor é determinada no ato da nomeação, movimentação, evolução funcional, reversão e reintegração.

§ 2º O servidor tem exercício no órgão, entidade ou unidade, no qual foi lotado, cuja mudança só poderá ocorrer mediante expressa autorização legal, embasada no interesse do serviço público.

Art. 18. Compete ao Chefe do Poder Executivo baixar normas complementares às leis que fixam a lotação nos órgãos, entidades, ou unidades da administração pública.

## **Seção VII**

### **Do Estágio Probatório**

Art. 19. Estágio probatório compreende-se pelo interstício de 24 (vinte e quatro) meses, decorridos da posse do servidor, no qual este é submetido a avaliação de sua aptidão e capacidade

para o desempenho do cargo, observados os seguintes requisitos:

- I - assiduidade e pontualidade;
- II - disciplina;
- III - idoneidade moral;
- IV - capacidade de iniciativa e eficiência; e
- V - sociabilidade.

§ 1º Para avaliação das qualidades do servidor durante o estágio probatório, será designada pela Autoridade competente uma Comissão de Acompanhamento composta de três funcionários efetivos, de preferência com formação de nível superior, delegando-se-lhe as seguintes atribuições:

I - acompanhamento do estágio para avaliação das exigências contidas nos incisos I a V do "caput" deste artigo;

II - elaboração do relatório trimestral a ser endereçado a autoridade competente, onde se precise com clareza as atividades e o comportamento do servidor; e

III - conclusão dos estudos de avaliação após findo o sétimo trimestre, onde a comissão opinará pela aprovação ou não do estagiário a fim de que a autoridade possa decidir.

§ 2º O estagiário reprovado será exonerado dentro do decurso do oitavo trimestre, se outro fato não antecipe sua exoneração, ou reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, se servidor efetivo, com observância do prescrito pelo artigo 26, parágrafo 2.

Art. 20. A decisão que exonerar ou reconduzir o estagiário ao cargo anterior, caberá, dentro de 15 (quinze) dias, recurso para mesma Autoridade com a produção e juntada de provas do interesse do recorrente.

Parágrafo Único. O processo será instruído pela Comissão de Acompanhamento, com prazo de 30 (trinta) dias para entrega do relatório conclusivo à Autoridade competente e definitivo julgamento, a qual poderá manter ou considerar a primeira decisão.

## **Seção VIII**

### **Da Estabilidade**

Art. 21. A estabilidade é o direito adquirido pelo servidor aprovado em estágio probatório quando nomeado por concurso público ou adquirido por determinação constitucional.

§ 1º A estabilidade é prerrogativa quanto ao servidor público e não quanto ao cargo.

§ 2º O servidor estável somente será afastado do serviço público com a perda do cargo por motivo de sentença judicial transitada em julgado, ou decisão administrativa em processo disciplinar onde se lhe assegure ampla defesa.

§ 3º A extinção do cargo em que é titular o servidor estável, obrigará a ficar em disponibilidade remunerada até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

## **Seção IX**

## Da Transferência

Art. 22. A transferência é a passagem de um servidor estável de um cargo para outro de igual vencimento, observada a existência de vagas e requisitos de habilitação profissional.

§ 1º A transferência dar-se-á:

- I - a pedido do servidor e deferida quando comprovada a conveniência do serviço;
- II - por permuta, antes ouvido o titular do órgão ou entidade;
- III - por indicação do órgão médico oficial; e
- IV - no interesse da administração pública.

§ 2º A transferência depende de prova de seleção quando pleiteada por mais de um candidato.

§ 3º A transferência exige o interstício mínimo de um ano do servidor no exercício do seu efetivo cargo, com exceção ao disposto no inciso III do parágrafo 1 deste artigo.

§ 4º A transferência "ex-officio" por interesse administrativo, recairá no servidor:

- I - com menor tempo de serviço na carreira;
- II - com menor número de dependentes;
- III - que não apresente exigência médica de adaptação ambiental ou de condições climáticas para reabilitação ou manutenção de saúde;
- IV - que o cônjuge não se vincule a emprego público ou privado e desde que, se empregado, a perda da remuneração não importe em prejuízos para a manutenção familiar.

## Seção X

### Da Readaptação

Art. 23. Readaptação é o aproveitamento do funcionário desajustado na função do seu cargo por motivo de deficiência física ou de saúde, para outra função onde o seu trabalho é aconselhável por prescrição médica ou conclusão técnico administrativa.

§ 1º A readaptação não exige mudança de cargo e se processa por tempo determinado de acordo com recomendação do órgão médico oficial, prorrogável, se necessário, de seis em seis meses.

§ 2º A readaptação não modifica a remuneração e nem altera o nível do cargo.

## Seção XI

### Da Reversão

Art. 24. Reversão é o retorno do servidor aposentado ao serviço público por comprovados motivos em processo regular.

§ 1º A reversão dar-se-á ao mesmo cargo ou em resultante de sua transformação, ou em outro de igual vencimento.

§ 2º Na hipótese de inexistência de vaga a vista de reversão compulsória, o servidor será posto

em disponibilidade.

§ 3º A reversão exigirá prova de capacidade física, habilitação profissional e posse.

§ 4º Deferida a reversão, salvo impedimento legal, será cassada a aposentadoria do servidor se não tomar posse no prazo de trinta dias.

## **Seção XII**

### **Da Reintegração**

Art. 25. Reintegração é a reinvestura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado ou no que resultar da sua transformação, por força de sentença transitada em julgada ou disposição de lei, ou reconsideração administrativa em processo disciplinar que deu origem à demissão.

§ 1º O servidor ocupante de cargo cuja demissão de seu titular foi anulada, será reconduzido ao seu cargo de origem sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo do mesmo nível e formação profissional, ou posto em disponibilidade.

§ 2º Ao servidor reintegrado por força de decisão judicial são assegurados os direitos exclusivamente prescritos em Sentença, salvo comprovada ilegitimidade de parte junto ao processo que lhe assegura o direito de promoções e ressarcimento salarial.

## **Seção XIII**

### **Da Recondução**

Art. 26. Recondução é o retorno do servidor estável ao seu anterior cargo, e decorre de:

I - reprovação no estágio probatório segundo determinação do parágrafo 2 do artigo 19 deste Estatuto;

II - reintegração do servidor titular na forma do artigo 25 e parágrafo 2 deste Estatuto;

III - transferência ou promoção processualmente declarada indevida.

§ 1º Inexistindo vaga e até sua ocorrência, o servidor a ser reconduzido fica na condição de excedente sem perda de quaisquer direitos.

§ 2º Extinto ou transformado o cargo do qual era titular o servidor, será reconduzido a outro com vencimento e função equivalentes.

## **Seção XIV**

### **Da Disponibilidade e do Aproveitamento**

Art. 27. Dá-se a disponibilidade do servidor com a extinção ou desnecessidade declarada do cargo que ocupava, sem prejuízo de vencimento e até o seu reaproveitamento em cargo e atribuições compatíveis com o anterior.



Art. 28. A disponibilidade do servidor por mais de doze meses, sujeita-o a comprovação de capacidade física e mental, atestada por órgão médico oficial, para o ato de nova posse atinente ao aproveitamento.

Parágrafo Único. O servidor atestado apto para o serviço público, tomará posse dentro de trinta dias, e, julgado incapaz, será aposentado de acordo com as normas de aposentadoria previstas neste Estatuto.

Art. 29. Concorrendo mais de um candidato à mesma vaga, assumirá o que possuir maior tempo de efetivo serviço no cargo e seu respectivo nível.

Art. 30. O servidor que julgado apto, no prazo do parágrafo único do artigo 28 deste Estatuto, deixar de tomar posse, terá cancelado o ato de seu aproveitamento e cassada a sua disponibilidade com a perda definitiva dos seus direitos funcionais, exceto por comprovado motivo legal.

## **CAPÍTULO II**

### **Da Vacância**

Art. 31. Vacância é o tempo decorrido entre a vaga de um cargo até o seu preenchimento, e se dá, quanto ao seu titular, pela:

- I - exoneração;
- II - demissão;
- III - transferência;
- IV - recondução;
- V - promoção;
- VI - aposentadoria; e
- VII - morte.

Parágrafo Único. Considera-se também vacância o espaço de tempo compreendido entre a data da publicação da lei que criou o cargo e a do ato de seu provimento regularmente publicado.

Art. 32. Implica na vaga de cargo público a posse de seu titular em cargo ou emprego da administração pública direta ou indireta da União dos Estados ou Municípios, salvo nos atos de:

- I - substituição;
- II - acumulação constitucionalmente permitida; e
- III - afastamento legal na forma prescrita pelo artigo 198 deste Estatuto.

Parágrafo Único. A autoridade competente, com base em relatório conclusivo originário de processo disciplinar, assinará ato demitindo o servidor, declarando vago o seu cargo.

Art. 33. Dá-se a exoneração:

- I - a pedido do próprio servidor; e
- II - de ofício, pela autoridade competente, quando:
  - a) se tratar de cargo em comissão ou função de confiança;
  - b) o funcionário não tomar posse e entrar em exercício dentro do prazo legal;
  - c) quando não satisfeitas as exigências do estágio probatório.

Art. 34. O ato de demissão decorre sempre de uma decisão prolatada em processo disciplinar onde fora oferecido ao servidor o direito de ampla defesa.

Art. 35. A vaga decorrente da transferência, recondução, promoção ou aposentadoria, disciplinar-se-á pelo conteúdo legal dos seus artigos.

### **CAPÍTULO III**

#### **Da Remoção e da Redistribuição**

##### **Seção I**

###### **Da Remoção**

Art. 36. Considera-se remoção o deslocamento do servidor lotado em um órgão, entidade ou unidade, para outro, obedecida a lotação no âmbito do mesmo quadro de pessoal.

Art. 37. A remoção com ou sem mudança de sede da administração a que se subordina, ou estranha, a deferimento da autoridade competente, processa-se:

- I - a pedido;
- II - por permuta;
- III - por interesse do serviço público; e
- IV - por concurso de provas.

§ 1º Indepe de vaga a remoção por motivo de saúde do servidor, de seu cônjuge, companheiro ou dependente, desde que o órgão médico oficial a prescreva ou aconselhe.

§ 2º A efetivação da remoção só se dará quando o tratamento se prolongar por mais de um ano, respeitada a existência de vaga.

§ 3º A remoção do servidor por interesse de serviço público aproveita o cônjuge ou companheiro em funções na mesma sede, compatíveis com o seu cargo, desde que também servidor, respeitada a seletividade entre:

- I - residentes na localidade mais próxima;
- II - os de menor tempo de serviço; e
- III - os menos idosos.

§ 4º A remoção por permuta somente é processada à vista de requerimento conjunto dos interessados, mediante compatibilidade de cargos, cargas horárias e áreas de atuação.

Art. 38. Nenhuma remoção poderá se fundamentar em razões políticas partidárias ou ideológicas.

##### **Seção II**

###### **Da Redistribuição**

Art. 39. Redistribuição é a passagem do servidor para quadro de pessoal de outro órgão ou entidade, com o seu cargo e vencimentos, por interesse administrativo, considerando, sempre, o ajuste de quadros de pessoal às necessidades dos serviços.

Parágrafo Único. Na extinção do órgão ou entidade, a impossibilidade de redistribuição do servidor efetivo, obriga a disponibilidade na forma do artigo 27 deste Estatuto.

## **CAPÍTULO IV**

### **Da Substituição**

Art. 40. Dá-se a substituição com o impedimento de servidor ocupante de cargo em comissão ou função de confiança.

§ 1º A substituição automática é sempre prevista em lei ou regulamento e será sempre gratuita quando não exceder a 10 (dez) dias.

§ 2º A substituição que depender de ato da autoridade competente só acontecerá por afastamento do seu titular com prazo superior a 10 (dez) dias.

§ 3º A substituição por mais de dez dias assegura ao substituto a percepção do vencimento do seu titular, com a perda do de seu cargo, salvo opção, enquanto durar o ato.

Art. 41. Na vacância de cargo ou função de chefia, a autoridade competente pode designar servidor estável para responder pelo expediente, com a mesma remuneração na forma do parágrafo 3 do artigo anterior, até que se efetive o seu preenchimento.

## **CAPÍTULO V**

### **Do Regime e Trabalho**

Art. 42. Ao servidor é assegurado o regime de 40 (quarenta) horas semanais, exceto quando disposto em lei ou regulamento próprio para profissões ou serviços.

§ 1º O exercício do cargo em comissão exige do servidor dedicação integral, o qual pode ser convocado sempre que o interesse administrativo exija dilatação do horário normal do expediente.

§ 2º A prestação de serviço em horas extraordinárias só é permitida com autorização prévia da autoridade, não podendo exceder a 60 (sessenta) horas mensais, com exceção para os servidores cuja atividade se enquadra em regime ininterrupto de trabalho.

§ 3º O trabalho extraordinário é acrescido de 50% (cinquenta por cento) de sua remuneração.

Art. 43. A jornada normal de trabalho pode ser reduzida em 1/4 (um quarto) ou em 1/2 (um meio), com a proporcional redução de sua remuneração, a requerimento do servidor, por motivos de estudos ou de situações processualmente reconhecidas como especiais.

Art. 44. Define-se por trabalho noturno o serviço prestado entre às 22 (vinte e duas) horas de um dia e às 6 (seis) horas do dia seguinte.

§ 1º A hora noturna constitui-se de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.

§ 2º O trabalho noturno tem remuneração igual a 100% (cento por cento) da paga para o trabalho diurno.

Art. 45. O registro da frequência do servidor é diário e mecânico, ou por outra melhor forma considerada pela administração, feito sempre pessoalmente na entrada e saída do estabelecimento em que trabalha.

§ 1º As faltas do servidor ao serviço, em quaisquer condições ou razões, são anotadas no assentamento individual e destacadas na folha de pagamento, abonadas ou não pela chefia imediata, mediante justificativa ou, caso de doença, com atestado médico de órgão oficial quando as faltas excederem a 3 (três) dias.

§ 2º As faltas para atendimento a pessoas da família por motivo de doença, serão justificadas na forma do parágrafo anterior.

§ 3º As faltas ao serviço por motivos particulares não se justificam para quaisquer efeitos, e se estendem aos sábados, domingos e dias feriados, quando intercalados ou em continuidade.

§ 4º Não se consideram faltas as decorrentes da prestação de provas escolares realizadas em horário de trabalho, do ponto facultativo e de outras prescritas em lei.

## **CAPÍTULO VI**

### **Do Treinamento**

Art. 46. Chama-se treinamento o conjunto de atividades desenvolvidas pela administração pública, objetivando preparar o servidor para o melhor e mais eficiente desempenho profissional.

Art. 47. O treinamento é parte integrada e própria para o desempenho do cargo e é obrigatoriamente oferecido ao servidor pelo Município sob coordenação, acompanhamento e avaliação do órgão centralizador do Sistema Municipal de Administração do Pessoal Civil, ou de outro órgão público da União, dos Estados, ou Municípios, em convênio com a Prefeitura.

## **TÍTULO III**

### **Dos Direitos e das Vantagens**

## **CAPÍTULO I**

### **Dos Direitos**

## **Seção Única**

### **Do Vencimento e da Remuneração**

Art. 48. Vencimento é o valor atribuído em moeda ao cargo e variável de acordo com os níveis estabelecidos por lei.

Art. 49. Vencimentos é o somatório do valor dado ao vencimento com as vantagens pecuniárias permanentes concedidas ao servidor como conquista pessoal.

Art. 50. Remuneração é o conjunto dos valores em moeda percebido pelo servidor, compreendendo o vencimento e as vantagens pecuniárias permanentes de caráter pessoal e as temporárias relativas exclusivamente ao desempenho do cargo.

Art. 51. Nenhuma remuneração mensal paga ao servidor pelos cofres públicos do Município no âmbito administrativo dos Dois Poderes pode ultrapassar o limite de vencimento ou subsídio fixo e representação para o Prefeito Municipal, recebidos em espécie, excluídos:

I - os casos de acumulação lícita;

II - adicional por tempo de serviço;

III - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou valor da aposentadoria;

IV - adicional de férias;

V - ajuda de custo;

VI - diárias;

VII - indenizações;

VIII - horas extras;

IX - adicional de insalubridade; e

X - salário família.

Art. 52. O vencimento dos cargos equivalentes nos seus respectivos níveis, e as gratificações pelo exercício de funções de confiança do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos fixados pelo Poder Executivo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza e ao local de trabalho consignados em lei.

Art. 53. É vedada a remuneração acumulada de cargos públicos, salvo, em horário compatível:

I - a de dois cargos de professor;

II - a de um cargo de professor com um outro técnico ou científico;

III - a de dois cargos de médico;

IV - a de dois cargos ou um cargo e um emprego privativos de profissionais da saúde desde que venham exercendo antes da promulgação da Constituição Federal.

Art. 54. O vencimento e as vantagens são obrigatoriamente individualizadas, de conformidade com os seus títulos, na folha de pagamento, considerando-se de nenhum efeito jurídico fiscal os que desta forma não se apresentarem.

Art. 55. Não será pago ao servidor:

I - a remuneração equivalente aos dias de falta ao serviço quando não justificada ou prevista em lei;

II - um terço da remuneração do dia por atraso ou saída antecipada no horário de serviço, dando-se o corte integral se for superior a 30 (trinta) minutos;

III - dois terços dos vencimentos se configurado o prescrito pelo parágrafo 6 do artigo 16 deste Estatuto;

IV - o vencimento do cargo efetivo quando em exercício de cargo em

comissão, salvo formal opção sem prejuízo de gratificação que possa lhe assegurar a lei;  
V - a remuneração por comprovada acumulação ilícita.

Art. 56. As reposições ou indenizações devidas pelo servidor à Fazenda Pública Municipal serão descontadas em parcelas mensais não inferior a 10% (dez por cento) de sua remuneração.

§ 1º Comprovada a má fé na origem do débito, o servidor deve quitá-lo no decurso de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

§ 2º A inadimplência implica na imediata inscrição do débito em dívida ativa, caso não coberto pela folha do seu pagamento.

§ 3º Na hipótese de abandono do cargo, demissão, exoneração ou cassação da disponibilidade, o débito deve ser quitado no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do fato, sob pena do prescrito no parágrafo anterior.

Art. 57. A remuneração do servidor ativo e os proventos da aposentadoria não são objetos de penhora, arresto ou seqüestro, exceto na prestação alimentícia por determinação judicial, ou ressarcimento à Fazenda Pública Municipal.

Art. 58. Nenhum desconto será consignado em folha de pagamento a favor de associações, entidades beneficentes, securitárias e sindicatos, sem a expressa autorização do servidor ou resultante de lei.

Parágrafo Único. Não se enquadram no "caput" deste artigo as contribuições previdenciárias e as prestações sob contrato com o IPESC - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, ou outra entidade que o substitua.

Art. 59. A participação do servidor em órgão público de deliberação coletiva não lhe assegura direito a remuneração, e sua aceitação é facultativa.

## **CAPÍTULO II**

### **Das Vantagens**

Art. 60. Chamam-se vantagens todo pagamento feito ao servidor pelos cofres da Fazenda Pública Municipal que vai além do vencimento, e se classificam em:

- I - adicionais;
- II - gratificações;
- III - compensações financeiras;
- IV - auxílios;
- V - complementações pecuniárias; e
- VI - décimo terceiro salário.

§ 1º Os adicionais e as gratificações são incorporáveis ao vencimento de acordo com o disciplinamento de lei, mas não serão computados e nem acumulados para fins de concessões a acréscimos ulteriores sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

§ 2º As compensações financeiras e os auxílios não são considerados e nem acumulados para futuros acréscimos ou incorporações aos vencimentos ou proventos e não são passíveis de

desconto para os fins previdenciários.

Art. 61. A Câmara Municipal, por intermédio de lei de iniciativa do Prefeito Municipal, pode estabelecer gratificação de produtividade em escala de até 50% (cinquenta por cento) do piso de vencimento, limitada a 10% (dez por cento) da folha de pagamento.

## Seção I

### Dos Adicionais

Art. 62. Os adicionais que integram os vencimentos são:

I - por tempo de serviço; e

II - pelo exercício de atividades em serviços sob condições penosas, insalubres e perigosas.

Art. 63. O adicional por tempo de serviço é concedido de ofício, por quinquênio, até o máximo de 07 (sete), na base de 5% (cinco por cento) incidentes sobre o vencimento somado às gratificações de representação, de função de confiança, de produtividade, pela regência de classe, compensação de hora atividade e adicional do inciso II do artigo 63 deste Estatuto, até o limite máximo de 35% (trinta e cinco por cento).

Art. 64. O adicional a que tem direito os servidores que prestam serviços sob condições penosas, locais insalubres, ou em contato com substâncias tóxicas ou com risco de vida, habitualmente, é calculado em até 20% (vinte por cento) do menor vencimento municipal efetivo, conforme perícia técnica.

*Parágrafo Único* - O adicional a que se refere este artigo suspende-se com a eliminação das causas e condições que o determinam.

## Seção II

### Das Gratificações

Art. 65. A gratificação é uma vantagem pecuniária com características de participação permanente ou transitória na folha de pagamento do servidor, concedida a título de:

I - representação;

II - exercício em cargo em comissão ou função de confiança;

III - prestação de serviço extraordinário;

IV - ministração de aulas em cursos oficiais de formação, especialização e atualização de servidores;

V - participação em banca examinadora de concurso público;

VI - produtividade;

VII - regência de classe;

VIII - compensação de hora atividade;

IX - prestação de serviço especializado fora das funções do cargo;

X - hora plantão em unidade de saúde ou de emergência.

Art. 66. A gratificação de representação deriva-se da natureza das atribuições do servidor,

prevista em lei, limitada em até 50% (cinquenta por cento) do vencimento.

Art. 67. A gratificação por força do exercício do cargo, é concedida ao servidor investido em função de direção, chefia, assessoramento ou assistência, a nível superior ou médio, cujo valor é estabelecido em lei.

Art. 68. Para percepção do benefício contido no inciso I do artigo 65 desta Lei, qualificam-se apenas:

I - o titular de órgão da estrutura da administração direta;

II - o presidente de autarquia;

III - o presidente de fundação;

IV - os que a lei especificamente determinar.

Art. 69. A gratificação sobre serviços extraordinários é paga por hora de trabalho e calculada sobre a remuneração dividida pelo número de horas mensais, conforme regime de:

I - 40 horas é igual a remuneração mensal dividida por 220 (duzentos e vinte) horas.

Parágrafo Único. O resultado do valor encontrado para cada hora extra é acrescido de mais 50 % (cinquenta por cento).

Art. 70. A gratificação a que se refere o inciso IV do artigo 65 é paga por aula ministrada na forma prevista nos planos específicos do ensino previamente aprovados, não podendo exceder ao maior valor hora pago ao professor na respectiva área da matéria.

Art. 71. O valor da gratificação concedida a servidor designado para banca examinadora de concurso público, obedecerá a restrição e o mesmo cálculo do artigo anterior pelo número de horas programadas para a realização e correção das provas.

Art. 72. A gratificação sobre produtividade obedecerá o disposto no artigo 62 deste Estatuto, com regulamentação específica para os cargos e funções passíveis do benefício.

Art. 73. A gratificação de regência de classe beneficia o servidor ocupante de cargo no Magistério Público Municipal com efetivo exercício da regência de classe, em 20% (vinte por cento) do vencimento do cargo efetivo, excetuado o pagamento para o servidor em readaptação funcional.

Art. 74. A gratificação do inciso VIII do artigo 65 é concedida ao professor de ensino de primeiro grau, da primeira a quarta séries, do pré escolar, de educação especial e do ensino supletivo, na base de 20% (vinte por cento) quando o efetivo exercício da regência de classe.

Art. 75. A gratificação por serviço especializado fora das funções do cargo para a elaboração de projetos ou estudos que aproveitem a Administração Pública Municipal, por força da Lei ou de designação do Prefeito Municipal, Presidente da Câmara Municipal, podem ser pagas em até 50% (cinquenta por cento) do vencimento durante o prazo determinado pela Autoridade para a sua execução.

Art. 76. A gratificação concedida a servidor por hora de plantão em unidade de saúde ou de emergência em regime de atividade ininterrupta, acompanhará o valor fixado em regulamento dentro de uma tabela que englobe as várias funções.



### **Seção III**

#### **Das Compensações Financeiras**

#### **Dos Auxílios e da Complementação Pecuniária**

Art. 77. As compensações financeiras, os auxílios e a complementação pecuniária não se incorporam aos vencimentos para quaisquer efeitos.

### **SUBSEÇÃO I**

#### **Das Compensações Financeiras**

Art. 78. Denominam-se compensações financeiras os valores pagos ao servidor pela Fazenda Pública Municipal a título de ressarcimento de despesas feitas pelo mesmo no interesse da Administração Pública, e se constituem:

- I - por ajuda de custo;
- II - sobre diárias; e
- III - de transporte.

Parágrafo Único. Os valores das compensações financeiras e condições para sua concessão e ressarcimento serão objetos de regulamento.

Art. 79. A ajuda de custo e a compensação de despesas feitas pelo servidor com o seu transporte e de seus familiares, de bens mobiliários domésticos, quando por interesse administrativo passe a ter exercício em nova sede.

Art. 80. A ajuda de custo não será concedida a servidor que:

- I - se afasta do cargo por motivo de licença;
- II - reassume o cargo em término de mandato eletivo;
- III - seja posto à disposição; ou
- IV - seja transferido ou removido a pedido.

Art. 81. Implica obrigatoriamente na restituição da ajuda de custo recebida pelo servidor quando não se transportar para a nova sede no prazo determinado ou, antes de concluída a incumbência, regressar, pedir exoneração, abandonar ou efetivar-se em outro cargo.

Parágrafo Único. A restituição não é devida se o regresso do servidor obedece ordem superior, seja motivado pela saúde sua ou de seus familiares, ou exoneração após um ano de efetivo exercício na nova sede.

Art. 82. O deslocamento temporário do servidor de sua sede por motivo de serviço, assegura-lhe o direito de receber antecipadamente o valor a ser pago no transporte e respectivas diária para cobertura das despesas com alimentação, estada e locomoção urbana.

Parágrafo Único. O deslocamento por força de convocação do órgão médico oficial, fora do

Município, ou a chamamento por interesse administrativo, dará direito às despesas de transporte e pagamento de diárias em até no máximo 3 (três).

Art. 83. A diária compreende um período de 24 (vinte e quatro) horas de afastamento do servidor, ficando dividida em 1/4 para almoço, até às 12 (doze) horas, e 1/4 (um quarto) para janta caso não haja pernoite fora da sede.

Art. 84. Ao servidor não é devida a diária quando por força de seu cargo lhe é exigido permanente deslocamento.

Art. 85. O servidor que receber diária sem o efetivo afastamento da sede fica obrigado e restituí-la integralmente dentro de 24 (vinte e quatro) horas, e se comprovada a má fé apurada em processo disciplinar, sujeita-se as punições cabíveis.

Art. 86. O excedente de diárias não usadas pelo servidor em virtude de menor tempo ocupado no seu deslocamento, é devolvido, dentro de 48 (quarenta e oito) horas de seu retorno, à tesouraria do órgão que lhe pagou.

Art. 87. O servidor que realize despesas com meios próprios de locomoção para cumprimentos de serviços externos, em virtude das características próprias de seu cargo, poderá ser concedida a indenização de transporte na forma de regulamento específico.

## SUBSEÇÃO II

### Dos Auxílios

Art. 88. Ao servidor que for removido ou transferido de ofício da sede de seu serviço para outra, lhe são concedidos os auxílios pecuniários de:

- I - moradia;
- II - transporte;
- III - creche; e
- IV - alimentação.

Art. 89. O auxílio moradia é devido a partir da data em que o servidor entrou em exercício na nova sede, limitado o valor em até 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento do seu cargo efetivo e o tempo de 6 (seis) meses.

Art. 90. O auxílio transporte, independentemente de transferência ou remoção, pode ser concedido a servidor nos deslocamentos de ida e volta de sua residência para o local de trabalho, segundo for estabelecido em regulamento e cujo valor supere a 6% (seis por cento) da remuneração do servidor.

Art. 91. A concessão do auxílio transporte é feita a cada mês e antecipadamente para utilização pelo servidor do transporte coletivo, com a exclusão de transportes especiais.

Parágrafo Único. O auxílio não é concedido a servidor cujo órgão no qual trabalha tenha transporte próprio ou de terceiros com o mesmo objetivo.

Art. 92. O auxílio creche é devido a servidor por cada dependente de até 6 (seis) anos,

declaradamente necessitado por força das condições do horário de trabalho dos seus responsáveis, na forma e nos limites estabelecidos em regulamento baixado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 93. O auxílio alimentação é devido a servidor em exercício do cargo ou de função, nas condições e limites definidos em Decreto do Prefeito.

### SUBSEÇÃO III

#### Da Complementação Pecuniária

Art. 94. A complementação pecuniária divide-se em:

I - complementação de férias;

II - conversão pecuniária de 1/3 (um terço) da licença prêmio.

§ 1º A complementação pecuniária sobre férias corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração mensal atinente ao mês do gozo e será paga junto com as folhas de pagamento do mês que o antecede.

§ 2º A conversão pecuniária da licença prêmio é facultada ao servidor, o qual, a requerimento dirigido ao titular do órgão onde se encontra lotado, pode converter em dinheiro de 01 a 03 (um a três), meses da licença prêmio, limitando uma licença, ou seja 03 meses (três) dentro do ano financeiro da concessão, e condicionada ao deferimento ou não da autoridade competente, observado a ordem de início de exercício profissional no Órgão.

### SUBSEÇÃO IV

#### Do Décimo Terceiro Vencimento

Art. 95. O valor do décimo terceiro vencimento é pago aos servidores ativos e inativos no mês de dezembro de cada exercício e equivalente à remuneração do mês.

§ 1º O cálculo para pagamento é feito em duodécimos para cada mês de efetivo exercício ou fração superior a 15 (quinze) dias, inclusive em licença remunerada e gozo de férias.

§ 2º O servidor exonerado receberá, no ato da despedida, o décimo terceiro vencimento proporcional aos meses trabalhados e calculado na forma do parágrafo anterior.

§ 3º O décimo terceiro vencimento não produz efeito para cálculo de qualquer outra vantagem.

## CAPÍTULO III

### Das Férias

Art. 96. O gozo de férias de 30 (trinta) dias é um direito do servidor conquistado após cada doze meses de efetivo exercício em suas funções públicas.

§ 1º As férias não são acumuláveis, e obrigatoriamente serão gozadas pelo servidor dentro dos doze meses subsequentes ao mês de sua conquista.

§ 2º A falta ao trabalho não pode ser compensada com dias de férias.

§ 3º O gozo de férias não pode ser parcelado e nem interrompido, salvo por motivo de calamidade pública, comoção interna, guerra, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por comprovado motivo de interesse público.

§ 4º Poderá o servidor requerer o pagamento de 10 (dez) dias do período de suas férias, em dinheiro.

§ 5º A demissão ou exoneração do servidor, efetivo ou comissionado, somente quando desligado do serviço público, assegura-lhe o direito de receber com as folhas do seu último pagamento, o importe de 1/12 (um doze avos) da remuneração por cada mês ou fração de mais de 15 (quinze) dias, do período aquisitivo de férias.

§ 6º A concessão de férias, do membro do Magistério Público, coincidirá com o período de recesso escolar.

Art. 97. A licença para tratamento de saúde e para atendimento a pessoa da família suspende a contagem do período de aquisição de férias.

Art. 98. A licença por interesse particular do servidor e a disposição para órgãos ou entidades públicas fora da administração organizacional do Município, interrompe a contagem do período aquisitivo de férias.

## **CAPÍTULO IV**

### **Das Licenças**

#### **Seção I**

##### **Disposições Preliminares**

Art. 99. Licença é o meio usado pelo servidor com a finalidade de se afastar de suas funções para atendimento espontâneo ou obrigatório de assuntos que envolvam seus interesses ou deveres, classificando-se:

- I - para tratamento de saúde;
- II - para atendimento de pessoas da família;
- III - à servidora gestante;
- IV - para serviço militar obrigatório;
- V - ao casado pelo afastamento do cônjuge;
- VI - por interesses particulares;
- VII - por período adquirido como prêmio;
- VIII - para atendimento de menor por si adotado;
- IX - para atender pessoa da família excepcional; e
- X - pelo nascimento do filho.

§ 1º O pedido de licença é de iniciativa do servidor ou de pessoa que legalmente o represente, cujas condições de concessão ou não, de manutenção e de prorrogação, são estabelecidas por decreto do Chefe do Poder Executivo e aplicáveis a todos os servidores efetivos da Administração Pública Municipal.

§ 2º A licença que dependa de inspeção ou laudo médico é concedida pelo prazo prescrito desde que originário de órgão médico oficial quando superior a 3 (três) dias.

§ 3º O pedido de prorrogação da licença do parágrafo anterior deve ser formulado com o respectivo laudo médico antes do seu vencimento.

## SUBSEÇÃO I

### Da Licença para Tratamento de Saúde

Art. 100. O servidor que por motivo de saúde esteja impossibilitado de exercer as funções de seu cargo, lhe é assegurado o direito de requerer licença remunerada de até 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável por igual período, desde que prescrição médica do órgão oficial periodicamente aconselhe.

Parágrafo Único. A licença concedida com prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, no interesse da prorrogação pelo servidor, exige que o pedido seja formulado, com o respectivo laudo médico oficial, dentro dos 60 (sessenta) a 30 (trinta) dias do seu término, respeitado o agravamento da saúde.

Art. 101. O servidor que contrair doença transmissível é compulsoriamente licenciado enquanto laudo médico oficial não atestar sua cura e julgá-lo apto para o exercício de suas funções.

Art. 102. A licença para tratamento da saúde é deferida pela autoridade competente para decidir a vista de provas que assim atestem.

§ 1º Na dúvida pela autoridade ou não convincente as provas que acompanham o pedido, o servidor será reencaminhado a novos exames médicos.

§ 2º O servidor em licença para tratamento de saúde não pode recusar-se a novos exames médicos exigidos pela autoridade, a que se subordina, sob pena de suspensão da licença de ofício.

Art. 103. A inspeção médica é atribuição de órgão médico oficial e, se necessário, por outros especialistas sob aconselhamento ou prescrição do mesmo.

Art. 104. É admissível laudo de médico ou de especialista não credenciado desde que o órgão médico oficial o homologue.

Parágrafo Único. A não homologação do laudo implica em ausência do servidor ao serviço sem prejuízo de investigações para apurar a realidade dos fatos, inclusive a responsabilidade do médico se comprovada a má fé.

Art. 105. O servidor licenciado para tratamento de saúde fica impedido do exercício de outras atividades, inclusive não remuneradas, sob pena da cassação da licença e registro dos dias de afastamento como faltas injustificadas.

## SUBSEÇÃO II

### Da Licença para Atendimento de Pessoas da Família

Art. 106. O servidor que comprovar sua indispensabilidade na assistência a pessoa doente de sua família, mediante laudo médico aprovado pelo órgão oficial, ser-lhe-á concedida licença remunerada com duração de até um ano.

§ 1º A prorrogação, pode ser deferida à vista de novo laudo técnico médico ou relatório firmado por assistente social da Prefeitura, por mais de um ano.

§ 2º Na hipótese de na família existir mais de um servidor público, a licença será concedida somente a um deles, o que possa ter a melhor qualificação para o atendimento.

§ 3º A licença também pode ser deferida com a redução normal de trabalho, em até 4 (quatro) horas diárias, ou em dias intercalados, para atendimento a ascendente ou descendente, exigida a comprovação do impedimento dos outros membros da família por questão do horário de trabalho e cuja remuneração é imprescindível à sua subsistência ou de sua família, quando casado, bem como por estudos de formação profissional durante o horário de aulas.

§ 4º A licença é automaticamente cancelada com a cessação da causa que a motivou, considerando-se faltas injustificadas ao serviço as que exceder a 5 (cinco) dias úteis da data do fato.

## SUBSEÇÃO III

### Da Licença à Servidora Gestante

~~Art. 107. — É direito da servidora gestante, a partir do sétimo mês completo de gestação, à vista de inspeção médica e futura apresentação da certidão do cartório do registro civil, licença por 120 (cento e vinte) dias para tratamento e restabelecido seu e, acompanhamento do nascituro nos primeiros dias de vida.~~

Art. 107. É direito da servidora gestante, a partir do sétimo mês completo de gestação, à vista de inspeção médica e futura apresentação da certidão do cartório do registro civil, licença por 180 (cento e oitenta) dias para tratamento e restabelecido seu e acompanhamento do nascituro nos primeiros dias de vida. *(Redação dada pela Lei 1.144/2011).*

*Parágrafo Único* -Para assegurar as normais condições de saúde e repouso em final de gestação, obrigatoriamente a licença deve ser requerida para gozo nos primeiros dias do oitavo mês, salvo comprovação médica em contrário, sob pena da perda dos dias que antecederem o nascimento da criança.

## SUBSEÇÃO IV

### Da Licença para o Serviço Militar Obrigatório

Art. 108. É concedida licença remunerada ao servidor convocado para prestação de serviço militar obrigatório ou para encargos que objetivem à segurança nacional, mediante documento oficial que comprove a incorporação.

§ 1º A licença é condição de direito exclusivo para servidor de carreira que opte pela remuneração do cargo com o desconto das importes recebidos na condição de incorporado.

§ 2º A desincorporação do servidor o obriga a reassumir o cargo e respectivo exercício dentro de 30 (trinta) dias sob pena de abandono.

## SUBSEÇÃO V

### Da Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge

Art. 109. O servidor que se considere impossibilitado de exercer o seu cargo em virtude de mudança de seu cônjuge ou companheiro, pode-lhe ser concedida licença sem remuneração mediante prova do fato.

§ 1º Na condição de vaga, na hipótese acima, o servidor pode assumir em órgão da mesma administração existente na localidade para onde se mudou, cargo compatível com sua função, assegurando-se-lhe idênticos vencimentos do cargo de origem.

§ 2º Independente do regresso do cônjuge ou companheiro, o servidor pode assumir o seu cargo a qualquer tempo, bastando apresentar-se ao setor competente para as anotações de retorno.

Art. 110. A licença concedida pelos motivos do artigo anterior a servidor em estágio probatório, suspende o interstício enquanto permanecer nesta situação, ou pode ser complementado no órgão em que passar a ter exercício segundo opção oferecida pelo parágrafo 1 do artigo 111 desta Lei.

## SUBSEÇÃO VI

### Da Licença por Interesses Particulares

Art. 111. O funcionário estável poderá obter licença sem vencimento para tratamento de interesse particular, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.

§ 1º O requerente aguardará, em exercício, a concessão da licença, sob pena de demissão ou abandono do cargo;

§ 2º Será negada a licença quando inconveniente ao interesse do serviço.

§ 3º O funcionário poderá a qualquer tempo, desistir da licença.

§ 4º Somente poderá ser concedida nova licença para o trato de interesse particular a que se refere o artigo 111, depois de decorridos dois anos do término da anterior.

Art. 112. A licença prevista pelo artigo anterior não será concedida a servidor que:

I - esteja em estágio probatório;

II - responde a processo disciplinar;

III - quando transferido ou removido antes de assumir o exercício do cargo; e

IV - quando condenado ou obrigado à reposição ou indenização à Fazenda Pública.

Art. 113. A licença prevista nesta Subseção, somente poderá ser suspensa por parte da Administração Pública Municipal, quando for decretado Estado de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, podendo ser convocado imediatamente.

Parágrafo Único. Cessados os motivos que originaram a suspensão da licença, o servidor poderá requerer a sua continuidade, não se computando o tempo em que a mesma esteve suspensa.

Art. 114. O servidor integrante do Magistério Público Municipal ao entrar em gozo de licença por interesse particular, perde a sua lotação, assegurando-se-lhe o direito de lotação em órgão da mesma localidade quando deixou o cargo, ao retornar.

## SUBSEÇÃO VII

### Da Licença Prêmio

Art. 115. O servidor estável tem direito a 3 (três) meses consecutivos de gozo de licença prêmio com idêntica remuneração do cargo, após cada quinquênio de ininterrupto exercício, exceto quando tenha:

I - sofrido pena disciplinar de suspensão;

II - se licenciado por interesses particulares, ou para acompanhar cônjuge ou companheiro;

III - faltado ao serviço por mais de dez dias sem justificção; ou

IV - sido condenado à reclusão por sentença transitada em julgado, considerada até o final do cumprimento da pena e retorno ao efetivo exercício de suas funções.

§ 1º Os fatos constantes dos incisos deste artigo interrompem a contagem do quinquênio, deixando de produzir os efeitos para o benefício da licença prêmio o prazo anterior em que decorreu o interstício, dando-se início a nova contagem.

§ 2º O tempo para atendimento a pessoa da família ou para tratamento de saúde do servidor, é suspenso quando exceder a 90 (noventa) dias dentro de cada quinquênio, reiniciando-se a contagem ao reassumir o exercício do cargo.

§ 3º O tempo das licenças compulsórias é considerado para o benefício da licença prêmio.



§ 4º A licença prêmio poderá ser convertida em dinheiro, a pedido do servidor e a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal, podendo o servidor se auto substituir, fazendo jus apenas ao vencimento, ou seja, sem as vantagens que por ventura tiver.

§ 5º A licença prêmio não gozada contará em dobro para aposentadoria por tempo de serviço.

## SUBSEÇÃO VIII

### Da Licença para Atender Menor Adotado

Art. 116. O servidor que comprovar por intermédio de instrumento público ou decisão judicial a adoção de menor de até 7 (sete) anos de idade, lhe é concedida licença de 01 (um) mês para assisti-lo e acompanhá-lo na adaptação ao novo lar.

## SUBSEÇÃO IX

### Da Licença para Atender à Pessoa da Família Excepcional

Art. 117. Ao servidor que possuir sobre sua guarda e responsabilidade pessoa de família ou dependente clinicamente excepcional, com a carga horária semanal de mais de 20 (vinte) horas, ser-lhe-á concedida licença de meio expediente diário para o seu atendimento.

Parágrafo Único. A licença que trata o "caput" deste artigo é concedida sem prejuízo da remuneração e renovável ano a ano de acordo com o relatório de Assistente Social servidor do Município por um prazo de, no máximo, 6 (seis) anos.

## SUBSEÇÃO X

### Da licença Paternidade

Art. 118. Com a comprovação imediatamente posterior ao decurso do gozo, é direito do servidor faltar 5 (cinco) dias corridos a contar do dia do nascimento de seu filho.

## CAPÍTULO V

### Das Concessões

Art. 119. É direito do servidor ausentar-se do serviço sem quaisquer prejuízos, com posterior comprovação, nos seguintes fatos:

- I - para doação de sangue, um dia;
- II - para regularizar a sua situação eleitoral, um dia;
- III - para se casar, oito dias;
- IV - pelo óbito do cônjuge, companheiro, pais e filhos, cinco dias;

V - pelo óbito de parentes consanguíneos ou afins até o segundo grau ou de pessoa que viva sob sua dependência, um dia.

Art. 120. Mediante petição dirigida à autoridade a que se subordina, acompanhada de certidão de nascimento de seu filho, à servidora que amamente, concede-se-lhe o direito de se retirar do serviço por duas horas, diariamente, desdobradas em uma hora pelo período da manhã e uma no da tarde, até que a criança complete 6 (seis) meses de idade.

## **CAPÍTULO VI**

### **Do Tempo de Serviço**

Art. 121. Conta-se como tempo de serviço público prestado ao Município para todos os efeitos legais, o efetivo exercício decorrido em cargo ou emprego público ou funções, da administração direta ou indireta, junto a órgãos ou entidades do Município de Angelina.

§ 1º Incluem-se na contagem do efetivo exercício o tempo:

I - do gozo de férias;

II - de licenças remuneradas;

III - no exercício do cargo em comissão ou de confiança;

VI - das faltas consideradas no Capítulo V atinentes às Concessões;

V - de participação em treinamento programado pela Administração

Municipal;

VI - no exercício de mandato eletivo político partidário;

VII - na prestação de serviço militar obrigatório;

VIII - de participação em júri e em outros eventos considerados por lei; e

IX - considerado por sentença judicial transitada em julgado, em virtude de revogação de pena administrativa originária de processo disciplinar.

§ 2º O tempo de exercício em mandato eletivo político partidário não é considerado para os efeitos de promoção por merecimento.

Art. 122. Para os mesmos efeitos do artigo 127 deste Estatuto considera-se o tempo de serviço prestado a entidade educacional privada que foi ou que vier a ser incorporada pelo Poder Público do Município.

Art. 123. É considerado integralmente para os efeitos de aposentadoria, disponibilidade e adicional por tempo de serviço, os dias decorridos no efetivo exercício de cargos ou funções públicas exercidos na administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, vedados quaisquer acréscimos não compatíveis para todos os feitos na legislação do Município.

Art. 124. Para os fins de aposentadoria e disponibilidade, excetuados os acréscimos não considerados pela legislação municipal, conta-se:

I - o tempo em que o servidor esteve em disponibilidade por ato administrativo, ou aposentado, antes de reversão;

II - o tempo de serviço prestado a instituição não educacional privada

transformada em entidade pública pelo Município; ou

III - O tempo de serviço prestado a qualquer instituição privada transformada em entidade pública pela União, Estados, Distrito Federal, ou Municípios.

Art. 125. Para o efeito de aposentadoria em todas as suas modalidades também é considerado o tempo de serviço prestado em atividades de natureza privada, exigindo-se a condição de servidor que tenha, pelo mínimo, quinze anos de efetivo exercício em cargo ou função da administração pública direta, autarquias ou fundações do Município.

Art. 126. Em qualquer hipótese e para os mesmos efeitos é vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em cargos, empregos ou funções públicas, em órgãos ou entidades da administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive da atividade privada.

Art. 127. A totalização do tempo de serviço é feita em dias que são convertidos em anos com 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias cada.

Art. 128. A contagem e a comprovação do tempo de serviço prestado à atividade privada obedecem às normas estabelecidas na legislação federal específica.

Art. 129. A justificação judicial de tempo de serviço prestado ao Município só é admissível quando complementada com incontestável indício de prova material, com a citação do Prefeito ou seu representante legal para acompanhar o processo, e quando evidenciada a impossibilidade do atendimento aos requisitos dispostos em regulamento.

Art. 130. Para os efeitos deste Capítulo consideram-se como entidades da administração pública indireta:

I - autarquias;

II - fundações instituídas pelo poder público;

III - empresas públicas;

VI - sociedade de economia mista sob controle acionário do poder público;

V - órgãos com autonomia administrativa e financeira conveniado com o poder público para pesquisas no campo da ciência e da tecnologia e cuja administração subordina-se a indicação ou nomeação do Chefe do Poder Executivo.

## **CAPÍTULO VII**

### **Da Aposentadoria**

Art. 131. O servidor será aposentado:

I - por invalidez permanente:

a) com proventos integrais quanto decorrente de:

1 - acidente em serviço;

2 - moléstia comprovadamente profissional;

3 - doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei.

b) com proventos proporcionais nos demais casos;

II - compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - voluntariamente:

a) com proventos integrais:

1 - aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e ao 30 (trinta) se mulher;

2 - aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício de magistério, se professor, e aos 25 (vinte e cinco), se professora;

3 - aos 30 (trinta) anos para o policial civil, se homem, e aos 25 (vinte e cinco), se mulher, desde que conte com 20 (vinte) anos de efetivo exercício em cargo de natureza estritamente policial.

b) com proventos proporcionais:

1- aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem, e ao vinte e cinco, se mulher;

2 - aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e aos 60 (sessenta), se mulher;

§ 1º O cálculo do provento proporcional ao tempo de serviço é feito em anos e meses, considerando-se como mês a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

§ 2º Em qualquer hipótese, à aposentadoria do professor e do policial civil será aplicada a proporcionalidade correspondente a 1/25 (um vinte e cinco avos) e 1/30 (um trinta avos), se homem ou se mulher, pelo tempo de efetivo exercício na profissão.

Art. 132. O servidor público ocupante de cargo em comissão que contar 15 (quinze) anos de ininterrupto serviço público, ou 20 (vinte) descontinuamente, aplica-se as disposições deste capítulo.

Art. 133. O disposto no artigo anterior é aplicável a servidor ocupante de cargo, funções ou emprego temporários, condicionando a transformação do respectivo tempo de interstício de serviço equivalente ao regime de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 134. No exercício do cargo cuja atividade é considerada perigosa ou penosa, o servidor será aposentado segundo as determinações de legislação específica.

Art. 135. Exceto por invalidez, o servidor aguardará em serviço a publicação do ato de sua aposentadoria, cuja conclusão do processo não poderá exceder a 60 (sessenta) dias após protocolado o pedido.

Parágrafo Único. A não publicação do ato no prazo deste artigo, salvo por incompleta ou irregular documentação da responsabilidade do servidor, este será indenizado no montante dos vencimentos dos meses trabalhados que excederam o prazo, imediatamente ao deixar o serviço, sob pena da correção monetária e juros legais, responsabilizando-se os possíveis culpados pela demora.

Art. 136. A aposentadoria compulsória é automática e declarada por ato da autoridade competente no dia seguinte em que o servidor completar a data limite em serviço ou não.

Parágrafo Único. Para os fins deste artigo considera-se como ano completo a fração do mesmo.

Art. 137. A aposentadoria condicionada a inspeção médica só será deferida mediante constatação por laudo técnico ser impossível o seu aproveitamento por ato de transferência ou de

readaptação.

§ 1º O laudo pericial médico obrigatoriamente deverá conter a causa da invalidez e suas condições de cura, de adaptação a outras funções, ou de irreversibilidade.

§ 2º Atestada a irreversibilidade o servidor será aposentado imediatamente com vencimentos integrais.

Art. 138. Os proventos de aposentadoria serão iguais à remuneração do servidor, excluídas as gratificações vantagens que não se incorporam aos vencimentos ou que somente faz jus quando no exercício do cargo.

§ 1º O servidor que contar 10 (dez) anos consecutivos ou 15 (quinze) anos alternados de serviço Público Municipal, em cargo de provimento em comissão, considerando cargos de confiança ou função gratificada, incorporarão aos seus vencimentos.

§ 2º Os proventos de aposentadoria não serão inferiores ao piso de vencimento pago pelo Município, respeitada a proporcionalidade da carga horária.

Art. 139. O proventos de aposentadoria serão revistos na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu aposentadoria, mantida a proporcionalidade da carga horária.

Art. 140. O servidor só será beneficiado na aposentadoria com os proventos equivalentes a remuneração do cargo em que lhe assegura este direito.

Parágrafo Único. Na hipótese do exercício de mais de um cargo constitucionalmente acumulado, o servidor poderá optar pelos proventos proporcionais ao tempo de serviço do outro cargo, que será somado para os efeitos de uma única aposentadoria, ou prosseguir exercendo-o até a aquisição de novo direito.

## **CAPÍTULO VIII**

### **Do Direito à Assistência e à Previdência**

Art. 141. É dever do Município garantir a seguridade ou ordem social de seus servidores ativos, inativos, ou em disponibilidade, e seus dependentes, na esfera da saúde, assistência e previdência social.

Art. 142. A saúde do servidor é garantida pelo Município com a manutenção de meios e aplicação de medidas preventivas e curativas, visando sempre reduzir os riscos de doenças e respectivos agravamentos.

Art. 143. A assistência social é prestada ao servidor e seus familiares pelo Município ou por intermédio de entidades conveniadas especificamente para este fim, garantindo-se no orçamento

anual as verbas necessárias para a satisfatória gestão e concessão dos benefícios.

Art. 144. A previdência social é concedida ao servidor e seus dependentes sob a forma de benefícios e serviços na forma de pensão por morte, assistência médica, dentária, hospitalar e social, sob organização própria ou por intermédio de contratos e convênios.

Art. 145. O acidente em serviço ou a doença profissional do servidor, obriga o Município ao custeio das despesas com transporte, estadia, tratamento hospitalar, assistência médica, medicamentos e equipamentos em estabelecimento mais próximo de sua sede.

§ 1º Acidente em serviço é definido como o evento mutilador das condições físicas do servidor em trabalho e que exija a imediata intervenção médica, para cujo fato não concorreu dolosa e nem culposamente.

§ 2º A comprovação do acidente em serviço é feita em processo regular dentro do prazo improrrogável de 8 (oito) dias a contar do fato.

§ 3º A doença profissional é aquela originária das condições impróprias à prestação do serviço, ou das causas inerentes à própria atividade ou trabalho.

Art. 146. Se em virtude de acidente ou doença profissional o servidor vier a falecer, o Município pagará a seus dependentes, para custeio das despesas e manutenção da família até regularização da pensão, em duas parcelas mensais, o equivalente a 4 (quatro) vezes o valor dos vencimentos do falecido, a título de pecúlio.

Art. 147. Com a aprovação da Câmara Municipal e disponibilidade de recursos orçamentários, o Chefe do Poder Executivo pode tomar a iniciativa de projeto de lei autorizando tratamento de servidor ou os seus dependentes em clínicas especializadas dentro do Estado e, em casos excepcionais indicados por laudo médico oficial, para outro Estado ou País.

Art. 148. É por conta dos cofres públicos do Município as despesas com transporte do servidor falecido fora da sede em serviço, inclusive a da pessoa responsável pela transladação.

Art. 149. A família do servidor falecido, ativo, em disponibilidade ou inativo, lhe é concedido auxílio funeral na valor equivalente a um mês de seus vencimentos, ou proventos.

§ 1º Na hipótese do exercício legal em dois cargos, o auxílio será igual ao de maior remuneração.

§ 2º O pagamento é feito em 24 (vinte e quatro) horas mediante processo sumaríssimo com a apresentação do atestado de óbito.

§ 3º Inexistindo pessoa da família do servidor no local do sepultamento, o auxílio funeral será pago à pessoa que promoveu o enterro, mediante apresentação do comprovante das despesas até o valor determinado nos parágrafos 1 e 2 deste artigo.

Art. 150. É assegurado ao servidor transferido ou promovido para localidade fora de sua sede, e aos seus dependentes, independentemente de vaga e a qualquer época, em estabelecimento de ensino adequado à sua formação ou grau de ensino, na nova sede ou na localidade mais

próxima, matrícula escolar.

Art. 151 Ao servidor, indistintamente, é concedido salário família correspondente a 6% (seis por cento) do menor vencimento pago pelo Município ao:

I - cônjuge ou companheiro que não exerça atividade remunerada e se declare dependente para os efeitos do imposto de renda;

II - filho menor de 18 (dezoito) anos;

III - filho incapaz para o trabalho;

IV - filho maior de 18 (dezoito) e menor de 21 (vinte e um) anos mediante comprovação de dependência econômica do servidor, estendido até aos 24 (vinte e quatro anos) se comprovado anualmente matrícula em cursos de nível universitário de 3 (terceiro) grau;

V - descendente ou ascendente até ao 2 grau, sem renda própria, que viva sob suas expensas;

VI - filho em qualquer condição, ou enteado, que se compreenda nas disposições dos incisos II a IV deste artigo; e

VII - menor que, mediante autorização judicial, viva sob sua responsabilidade, guarda e sustento.

§ 1º Sendo o casal servidores do Município, a concessão somente é feita a um deles, exceto em caso de separação judicial e comprovado o número de dependentes de cada um.

§ 2º Equiparam-se ao pai e a mãe o representante legal do beneficiário judicialmente constituído.

§ 3º Pelo falecimento do servidor o salário família será pago à pessoa responsável pelo recebimento e administração da pensão.

§ 4º O salário família não produz efeito quanto a contribuição ou benefícios previdenciários ou assistências.

Art. 152. Aplica-se à pensão os mesmos reajustes e a mesma extensão dos benefícios e vantagens prescritas pelo artigo 140 deste Estatuto.

## **CAPÍTULO IX**

### **Do Direito de Petição**

Art. 153. É direito do servidor requerer, representar contra autoridade administrativa, pedir reconsideração e recorrer de decisões quando em jogo seus interesses como parte legítima na causa.

Art. 154. A petição é dirigida à autoridade que decide e encaminhado por quem o peticionário esteja administrativamente subordinado.

Art. 155. Negado o pedido ou não considerada a representação, cabe recurso para a autoridade imediatamente superior, ou pedido de reconsideração à mesma autoridade desde que instruído com novos argumentos, ou novas provas, ou nova doutrina, ou jurisprudência que

ampare o assunto em discussão.

Parágrafo Único. O pedido de reconsideração que não for instruído segundo as exigências do "caput" deste artigo, obriga a autoridade a juntá-lo ao processo originário e encaminhá-lo, no prazo de 10 (dez) dias, à autoridade superior.

Art. 156. O servidor que não encontrar amparo no disposto pelo artigo anterior para o pedido de reconsideração, e pretender recorrer, deve fazê-lo à autoridade superior a da quem julgou, requerendo ao julgador a juntada do recurso ao processo e o seu encaminhamento ao superior para nova decisão, e assim sucessivamente até o esgotamento da esfera administrativa.

Art. 157. O pedido inicial, o pedido de reconsideração e os recursos serão julgados em 30 (trinta) dias da data do protocolo do órgão da autoridade julgadora, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias se exigida diligência.

Art. 158. O pedido de reconsideração e o recurso devem ser propostos no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data da ciência pessoal do servidor, sob pena de decadência do processamento administrativo, e não possuem efeito suspensivo.

Art. 159. O deferimento do pedido inicial, do de reconsideração ou do recurso, que envolva matéria financeira ou danos pessoais, produz efeito retroativo à data do protocolo do processo originário ou da do direito adquirido.

Art. 160. o direito de petição prescreve:

I - em 5 (cinco) anos quando se tratar de atos de demissão, cassação de aposentadoria, de disponibilidade ou que firam interesse que envolva matéria financeira resultante da relação do seu trabalho público;

II - em um ano nos demais casos.

§ 1º O pedido de reconsideração recebido, ou os recursos regularmente propostos, interrompem a prescrição.

§ 2º Interrompida a prescrição, o novo prazo só começa a fluir a partir da data em que transitar em julgado a decisão.

§ 3º A prescrição é de ordem pública, nenhuma autoridade poderá relevá-la ou desconsiderá-la para discussão do mesmo assunto.

Art. 161. Para exercício do direito de petição é garantido ao servidor ou seu procurador, vistas do processo na repartição durante o expediente, e aquisição de documentos para instruir o pedido dentro do prazo de 15 (quinze) dias do protocolo do requerimento.

Art. 162. O ato de uma autoridade em processo transitado em julgado ou prescrito, não pode ser revogado por sucessor, salvo em procedimento de revisão no qual se constate ilegalidade, inconstitucionalidade, ou vícios insanáveis, consubstanciados em parecer jurídico da Procuradoria do Município.

## **TÍTULO IV**



## Do Regime Disciplinar

### CAPÍTULO I

#### Dos Deveres

Art. 163. São deveres do servidor além de outros especificados em legislação própria:

I - assiduidade;

II - pontualidade;

III - urbanidade;

IV - lealdade;

V - observância das normas legais e regulamentares;

VI - obediência às ordens de seus superiores, com exceção das manifestamente ilegais;

VII - atendimento pronto às requisições para a defesa da Fazenda Pública e à expedição de certidões requeridas para defesa de direitos;

VIII - zelar pela economicidade do material e do bom aproveitamento dos bens públicos, bem como conservar com prioridade o patrimônio municipal;

IX - representar contra a ilegalidade, a prepotência ou abuso do poder, por via hierárquica.

### CAPÍTULO II

#### Das Responsabilidades

Art. 164. O servidor é responsável administrativamente, civil e criminal pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 165. A responsabilidade administrativa é a resultante de ato comissivo ou omissivo praticado no desempenho do seu cargo ou função do qual resulte prejuízos materiais ou morais à administração pública ou a terceiros.

Parágrafo Único. A punição administrativa não exime o servidor de responder pelo dano civil e moral.

Art. 166. A responsabilidade civil decorre de procedimento do servidor, por culpa ou dolo, que resulte em prejuízo ao patrimônio público ou de terceiros.

§ 1º O ressarcimento ou indenização à Fazenda Pública pode ser liquidada com o desconto em folhas de pagamento do servidor, em parcelas mensais não inferiores a 10% (dez por cento) de sua remuneração, desde que não ultrapasse 24 (vinte e quatro meses), corrigindo-se as prestações na data de cada pagamento ou desconto.

§ 2º Tratando-se de danos causados a terceiros por força do seu exercício no cargo público, o servidor responde à Fazenda Pública regressivamente e na forma do disposto no parágrafo anterior.

Art. 167. A responsabilidade penal é consequência natural dos atos do servidor público segundo se enquadrem na respectiva legislação, e da representação obrigatória da autoridade responsável pelo processo disciplinar ou administrativo, ao Ministério Público.

Art. 168. A responsabilidade civil ou administrativa do servidor é afastada em caso de absolvição em processo criminal, por sentença transitada em julgado que negue a existência do fato motivador do processo ou de sua autoria.

### **CAPÍTULO III**

#### **Da Acumulação**

Art. 169. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos independentemente de pertencerem a União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Territórios e aos Municípios, sua administração direta ou indireta, compreendidas as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, ou fundações instituídas pelo poder público, exceto os constitucionalmente previstos no artigo 53 desta lei.

Art. 170. A acumulação lícita gera a acumulação de proventos de aposentadoria na base da remuneração de cada cargo e de acordo com os cálculos constantes do Capítulo VII do título III deste Estatuto.

Art. 171. Apurada e considerada inconstitucional a acumulação dos cargos, o servidor será intimado para dentro de 5 (cinco) dias proceder a opção por um deles sob pena de procedimento sumário para punição em processo disciplinar.

*Parágrafo Único.* A acumulação ilícita apurada em um processo disciplinar, após a intimação prevista no "caput" deste artigo e não atendimento do servidor, o torna passível de demissão qualificada com a devolução dos importes recebidos da data em que se deu a acumulação.

### **CAPÍTULO IV**

#### **Da Infração Disciplinar**

##### **Seção I**

#### **Das Disposições Gerais**

Art. 172. Considera-se infração disciplinar a ação ou omissão de servidor público que direta ou indiretamente fira a dignidade e o decoro do comportamento para com as coisas públicas, da qual resulte prejuízos morais ou materiais à administração.

*Parágrafo único.* A pena disciplinar varia em função da sua natureza, do grau moral e volume dos seus efeitos quanto à coisa e pessoa atingidas, considerando-se os antecedentes do infrator, o

motivo que originou o fato, o animus para sua realização, as circunstâncias com que se deu e as consequências da causa.

## Seção II

### Das Penalidades

Art. 173. As penas disciplinares se dividem em:

- I - advertência;
- II - suspensão;
- III - demissão simples;
- IV - demissão qualificada;
- V - cassação de aposentadoria;
- VI - cassação de disponibilidade;
- VII - exoneração do cargo em comissão;
- VIII - revogação de ato de disposição;
- IX - revogação de ato de designação para função de confiança.

Art. 174. As infrações disciplinares, além de outras previstas em leis específicas, classificam-se em:

I - puníveis com advertência verbal, por escrito ou com publicação em órgão da imprensa oficial, e com anotação nos assentamentos funcionais;

- a) inobservar o dever funcional previsto em lei, regulamento ou em normas de serviço;
- b) deixar de atender convocação ou descumprir ordens de seu superior hierárquico;
- c) desrespeitar, ofender, injuriar, discriminar, com palavras ou atos, pessoas do seu relacionamento profissional ou público, por questões de serviço ou ideologias;
- d) apresentar-se ao local de trabalho de forma imprópria aos bons costumes ou às exigências do serviço.

II - puníveis com suspensão de até 10 (dez) dias:

a) deixar de atender:

1 - as requisições para a defesa da Fazenda Pública;

2 - os pedidos de requerimentos de certidões ou de documentos para a defesa de direitos, quando especificados e declarada a sua finalidade;

3 - convocação para júri ou para serviços eleitorais;

b) retirar qualquer documento ou objeto da repartição sem ordem escrita do seu superior, salvo comprovada urgência e inadiabilidade do interesse público;

c) deixar de atender a procedimentos de sindicância ou de processos disciplinares nos prazos legais, sem justo motivo, ou negligenciar nas diligências exigidas para a comprovação ou elucidação dos fatos;

d) exercer funções privadas, remuneradas ou não, que dependem do órgão em que está lotado, administrativamente ou financeiramente;

e) divulgar ou comentar assuntos inerentes ao exercício de seu cargo não autorizados ou que dependam de publicação;

III - puníveis com suspensão de até 30 (trinta) dias:

a) ofender moralmente qualquer pessoa no recinto do órgão em que trabalha;

b) dar causa a instauração de sindicância ou de processo disciplinar, arguido fatos dos quais tem consciência de que a pessoa é inocente;

c) indisciplina ou insubordinação que venha a retardar efeitos de atos públicos, ou a ordem do serviço.

- d) inassiduidade reiterada;
- e) impontualidade contínua;
- f) mentir no exercício das funções para proveito próprio ou de terceiros, embora não se materialize prejuízos.
- g) intervir ou negligenciar em prejuízo do pleno exercício da atividade administrativa a que se obriga ou subordina;
- h) deixar de cumprir ou de fazer com que se cumpra, no âmbito de suas atribuições, repetitivamente, as normas administrativas ou de origem legal a que se subordina;
- i) deixar de punir subordinado que tenha cometido infração disciplinar, ou, se não for de sua autoridade, não der conhecimento ao seu superior para que este decida;
- j) afirmar falsamente, negar ou calar sobre a verdade em processo disciplinar na qualidade de testemunha ou de membro pericial;
- l) conceder diária a servidor ou em seu próprio benefício, objetivando remunerar outros serviços ou encargos irregulares quanto à pessoa ou quanto ao orçamento, ou recebê-la pela mesma razão;

IV - puníveis com demissão simples:

- a) abandono do cargo por mais de 30 (trinta) dias, injustificadamente;
- b) inassiduidade intermitente por mais de 60 (sessenta) dias no período de 12 (doze) meses;
- c) acumulação de cargos ilegalmente exercidos com apuração em processo disciplinar;
- d) agressão física contra qualquer pessoa, em serviço, ressalvada a legítima defesa;
- e) agressão física contra servidor público, fora do serviço, mas em razão deste, relevando-se quando em legítima defesa;
- f) participação de gerência ou de direção de empresa privada comercial, sociedade civil, ou ser o titular de empresa individual que transacione com o Poder Público;
- g) aceitar representação ou vantagens de Estado estrangeiro, sem prévia autorização da autoridade competente;
- h) atribuir a pessoas estranhas à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargos que competirem a si ou a seus subordinados;
- i) aplicar irregularmente o dinheiro público;
- j) revelar ou facilitar a revelação de assuntos sigilosos que conheça em razão de seu cargo;
- k) falsificar ou usar documentos que saiba falsificados; e
- l) ineficiência desidiosa no exercício de suas atribuições;

V - puníveis com demissão simples ou qualificada:

- a) lesão aos cofres públicos;
- b) dilapidação do patrimônio público;
- c) qualquer ato de manifesta improbidade no exercício da função pública a;
- d) condenação criminal com pena de reclusão de 4 (quatro) anos a mais, em sentença judicial transitada em julgado, independentemente de expressa formalização no ato decisório.

§ 1º O disposto na letra "g" do inciso IV deste artigo não impede o servidor da participação como quotista ou acionista e das deliberações em reunião ou assembléia geral de caráter deliberativo econômico social.

§ 2º A falta da denúncia e da respectiva abertura de processo disciplinar dentro do prazo em que espontaneamente o servidor se apresente ao serviço descaracteriza o abandono, considerando-se como de licença para tratar de interesses particulares, salvo se o prazo for superior a 6 (seis) anos.

Art. 175. A demissão incompatibiliza o ex servidor para nova investidura em cargo público do Município, pelo prazo de:

- I - 5 (cinco) anos quando qualificada; e
- II - 2 (dois) a 4 (quatro) anos quando simples.

Art. 176. A cassação de aposentadoria ou disponibilidade aplica-se:

- I - ao servidor que tenha praticado ato punível com pena de demissão cujo processo disciplinar teve início após aposentadoria ou disponibilidade;
- II - ao servidor que se enquadre na punição da letra "d" do inciso IV do artigo 174 deste Estatuto, mesmo aposentado ou em disponibilidade;
- III - ao servidor que for revertido ou aprovado que não entre em exercício do cargo no prazo legal sem justo motivo apurado em processo disciplinar.

Art. 177. O servidor estável ocupante de cargo em comissão será destituído deste cargo por falta punível com pena de suspensão.

Art. 178. A mesma pena sofrida pelo servidor no exercício de um cargo é aplicada ao outro cargo que legalmente acumule.

Parágrafo Único. Na hipótese de demissão simples ou qualificada, o servidor ficará suspenso do outro cargo, sem qualquer direito, pelo prazo prescrito pelo artigo 175 desta Lei.

Art. 179. A reabilitação do ex servidor dar-se-á a requerimento seu, exigindo-se-lhe declaração de que contra sua pessoa não ocorre processo civil e criminal, observadas as exigências dos incisos II, IV, VI e VII do artigo 5º deste Estatuto.

Art. 180. Todo ato punitivo mencionará sempre o texto do dispositivo aplicado, seu número e lei.

Art. 181. A pena é agravada mediante as circunstâncias em que se deu o ato:

- I - premeditação;
- II - reincidência;
- III - conluio;
- IV - continuação; e
- V - cometimento do ilícito:
  - a) mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte o processo disciplinar;
  - b) com o abuso de autoridade;
  - c) durante o cumprimento da pena; e
  - d) em público.

Parágrafo Único. Na hipótese de reincidência de atos capitulados em um inciso, aplicam-se as penas do inciso seguinte.

Art. 182. A pena é atenuada sob as circunstâncias de:

- I - cooperação mínima do servidor no cometimento da infração;
- II - ter o servidor:
  - a) procurado espontaneamente desenvolvido bom trabalho para que as conseqüências fossem o de menor resultado possível;
  - b) pago o dano material antes do julgamento;
  - c) cometido a infração sob ordem de superior hierárquico;
  - d) agido sob violenta emoção originária de ofensa injusta de terceiros;

- e) confessado espontaneamente a autoria do ato;
  - f) apontado co-participantes desconhecidos no processo; e
  - g) ter bom comportamento e disciplina 5 (cinco) anos antes da infração,
- no mínimo.

Art. 183. Sob pena de nulidade, as penas serão exclusivamente aplicadas pela autoridade investida de tais poderes.

Parágrafo Único. O ato de demissão, após concluso o processo disciplinar pela autoridade competente, é da exclusiva atribuição do Chefe do Poder Executivo.

Art. 184. Salvo exceção contidas neste Estatuto e noutras leis, a ação disciplinar prescreve:

I - em dois anos quando puníveis com penas de repreensão, suspensão, ou destituição de cargo ou função de confiança; e

II - em cinco anos quando a punição for de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, observado o que determina o parágrafo 6 deste artigo.

§ 1º O prazo de prescrição passa a fluir:

I - do dia em que a autoridade processante teve conhecimento do ilícito;

II - do dia do último ilícito quando se tratar de atos continuados;

III - da cessação dos efeitos do ilícito quando se tratar de atos permanentes.

§ 2º O curso da prescrição interrompe-se:

I - com a publicação da portaria de designação da comissão processante; ou

II - com a abertura de Inquérito Policial ou Denúncia em processo criminal.

§ 3º Conta-se como suspenso o prazo de prescrição a irregularidade processual administrativa que deu causa ao arquivamento do processo.

§ 4º Interrompida a prescrição, novo prazo passa a fluir da data em que for julgado o processo.

§ 5º Suspenso o prazo de prescrição, a contagem cumulativa com o prazo anterior passa a correr da data do arquivamento do processo.

§ 6º Se o fato configura o procedimento criminal, o prazo de prescrição obedece às determinações do Código Penal.

## **CAPÍTULO V**

### **Da Prisão Administrativa**

Art. 185. A pedido judicial de ordem de prisão administrativa disciplinar é da competência dos secretários ou diretores e governantes do Município, do titular dirigente de autarquia ou de fundação pública, quando houver envolvimento de dinheiro ou valores pertencentes à Fazenda Pública Municipal ou sob a guarda desta, desde que o servidor envolvido não reembolse ou os devolva no devido prazo.

§ 1º A autoridade que pede a prisão, por procurador habilitado, comunica imediatamente o fato ao Tribunal de Contas do Estado e ao Juiz competente, providenciando imediatamente o processo

de tomada de contas.

§ 2º A prisão administrativa disciplinar não poderá exceder a 90 (noventa) dias, podendo ser revogada ou relaxada, a critério do Juiz que ordenou, desde que o acusado ressarça o dano ou devolva o bem, ou ofereça garantias suficientes e seguras para sua cobertura.

## **TÍTULO V**

### **Do Processo Administrativo Disciplinar**

## **CAPÍTULO I**

### **Das Disposições Gerais**

Art. 186. A autoridade que venha a saber de, ou suponha existir, atos administrativos irregulares ocorridos ou em desenvolvimento em sua jurisdição, deve imediatamente promover a sua verificação ou apuração, mediante sindicância ou processo disciplinar.

Parágrafo Único. Ao indiciado ou acusado é assegurado ampla defesa.

Art. 187. Toda e qualquer denúncia formalizada à autoridade competente e que envolva o interesse público, é objeto de apuração desde que venha firmado e com a qualificação e endereço do denunciante.

Art. 188. A sindicância, que pode ser processada sigilosamente por designação interna de um ou mais servidores, ou pública, com publicação de portaria, constituindo comissão.

Art. 189. Da sindicância, mediante relatório final circunstanciado, pode resultar:

I - o arquivamento do processo;

II - aplicação de pena que vai de advertência à suspensão de até 30 (trinta) dias; e

III - instauração de processo disciplinar.

## **CAPÍTULO II**

### **Do Processo Disciplinar**

Art. 190. Processo disciplinar é o instrumento destinado à apuração de responsabilidade sobre atos de servidor no exercício de suas funções, ou de como agente público, passíveis de punição.

Art. 191. O processo disciplinar é instruído por Comissão composta de, no mínimo, 3 (três) servidores estáveis designados por autoridade competente, declinando no ato quem vai presidir.

Art. 192. Por ato do Prefeito pode ser constituída comissão permanente com a finalidade de

instruir processos disciplinares, a qual pode ser direcionada a uma ou mais áreas da administração pública.

Art. 193. Nenhum titular de cargo em comissão ou função de confiança, parente consanguíneo ou afim, descendente, ascendente ou colateral até 3 (terceiro) grau do indiciado ou acusado, pode ser membro de comissão de sindicância processante ou revisora.

Art. 194. A instauração do processo disciplinar tem início com a publicação de portaria assinada pela autoridade competente, em órgão oficial do Estado e afixada em local próprio da repartição, da qual constará a identificação dos servidores que integram a comissão e o enquadramento nos dispositivos estatutários em que se encontra incurso o acusado, além da identificação deste e de outros prováveis co-participantes se houver.

Art. 195. É de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual prazo se necessário, o tempo para conclusão do processo disciplinar, contados da data da publicação da portaria.

Art. 196. O processo disciplinar se procede com as seguintes fases:

- I - publicação da portaria de instauração;
- II - instalação dos trabalhos e posse da comissão processante;
- III - designação do secretário pelo presidente da comissão;
- IV - citação do acusado;
- V - interrogatório do acusado e intimação para apresentação da defesa prévia;
- VI - instrução mediante determinação da comissão de pedido quanto à produção das provas formulado pelo acusado;
- VII - relatório de instrução;
- VIII - defesa do acusado com a juntada de novas provas documentais, se houver;
- IX - relatório conclusivo da comissão; e
- X - decisão da autoridade competente, ou julgamento.

## **Seção I**

### **Do Afastamento Preventivo**

Art. 197. Como medida cautelar, justificado o motivo, as autoridades declaradas no artigo 186 desta Lei, no âmbito de suas administrações, podem determinar o afastamento do acusado de seu cargo, sem prejuízo da remuneração, até que seja concluso o processo.

Parágrafo Único. Concluído ou não o processo, improrrogavelmente, completados os 180 (cento e oitenta) dias da publicação da portaria, cessam os efeitos do afastamento, devendo o servidor assumir o exercício de seu cargo sob pena de faltas injustificadas.

## **Seção II**

### **Do Inquérito Administrativo**



Art. 198. O inquérito administrativo é o meio de se apurar a verdade, aceitando provas contrárias ao fato mediante o direito de ampla defesa do acusado, o qual pode usar dos meios e recursos admissíveis em direito.

Art. 199. O autos do processo de sindicância pode integrar os autos principais como peça informativa da instrução e só se caracterizará como prova após conclusão do procedimento previsto pelo artigo 196 deste Estatuto, nos seus incisos I a VIII.

Parágrafo Único. Considerando o ato como ilícito penal em relatório conclusivo da sindicância, a autoridade encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da instauração do processo disciplinar.

Art. 200. A instalação dos trabalhos pela comissão é formalizada em autos iniciais do processo com a autuação da portaria, peças da denúncia e de outros documentos que a instruem, certidão ou cópia da ficha funcional do acusado, com a juntada da ata onde todos são nominados e qualificados membros da comissão, secretário e acusados, programação das diligências se necessário para a aquisição de novos documentos, e designação de hora e dia para audiência de interrogatório, bem como cópia de citação que deve ser encaminhada ao servidor acusado para se ver processar e acompanhar a instrução, que pode ser pessoalmente ou por intermédio de seu procurador.

Art. 201. Interrogado o acusado, terá o prazo de 5 (cinco) dias para a juntada da defesa prévia que poderá ser acompanhada de documentos e rol das suas testemunhas para serem ouvidas as audiências.

Parágrafo Único. Das testemunhas apresentadas, as que forem servidores serão intimadas pelo presidente da comissão e as estranhas deverão comparecer independente de intimação.

Art. 202. A ouvida das testemunhas é procedida de acordo com as normas do Código de Processo Penal, em tudo o que se refere a fase instrutiva, assegurando-se ao acusado ou ao seu procurador o direito de reinquirir testemunhas e produzir contra provas quando surgidas situações novas.

Art. 203. A fase instrutiva se completa com o relatório de instrução, no qual são condensados os fatos apurados e as respectivas provas constantes de processo, tipificando-se os atos e fatos apurados, com a respectiva formalização da falta e enquadramento nas disposições disciplinares.

Art. 204. Do resultado a que chegou a comissão, é intimado o acusado e entregue-lhe cópia do relatório de instrução para que no prazo de 10 (dez) dias, a contar da intimação, apresente defesa escrita, com arguições, provas e oposição que considerar.

§ 1º Caso necessite, o acusado pode ter vista do processo junto a repartição no horário normal do expediente, permitida a retirada em carga por procurador advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, com residência ou escritório neste Estado.

§ 2º Havendo mais de um acusado o prazo é comum de 20 (vinte) dias.

§ 3º A requerimento do interessado, o Presidente da comissão pode prorrogar em até o dobro, desde que reconheça ser indispensável a prática de diligências pelo acusado para completar a defesa.

Art. 205. A recusa do acusado em receber citação, intimação, avisos, ou quaisquer outros atos que dependam de sua assinatura, o membro da comissão, o secretário, ou pessoa designada pelo Presidente para essa finalidade, deve lavrar o termo da negativa abaixo do texto ou no verso do documento, datando e assinando.

Parágrafo Único. Para todos os efeitos legais os prazos passam a fluir da data da lavratura do termo.

Art. 206. Na impossibilidade de citação inicial ou intimação para a defesa, pelo desaparecimento do acusado, com paradeiro em local incerto e não sabido, o ato é feito com publicação em órgão oficial, concedendo-se o prazo de 15 (quinze) dias para o interrogatório, ou defesa ser for o caso.

Parágrafo Único. O não comparecimento do acusado implica em revelia, designando o presidente da comissão servidor, de preferência bacharel em direito, como defensor do acusado, lavrando-se termo de compromisso que será assinado por este.

Art. 207. Com a entrega ou não da defesa no prazo do artigo 212, ou 214 se for o caso, desta Lei, a comissão reunida elaborará relatório conclusivo, no qual pode ser declarada a inocência do acusado, ou culpado com a indicação dos dispositivos estatutários em que se enquadra, com a sugestão da pena a ser imposta.

### **Seção III**

#### **Do Julgamento**

Art. 208. Formalizado o relatório de conclusão, o processo é encaminhado à autoridade competente que terá o prazo de 20 (vinte) dias para prolatar a decisão.

Parágrafo Único. Esgotado o prazo deste artigo sem que haja decisão, o servidor assumirá imediatamente as suas funções na hipótese de suspensão, aguardando o julgamento na exercício do cargo.

Art. 209. Embasada a decisão em ilícito prescrito pelo Código Penal, dando-se como resultado a admissão simples ou qualificada do servidor, a autoridade está obrigada a remeter o processo ao Ministério Público para o procedimento penal, extraindo dos autos as certidões de documentos necessários às ações cíveis de cobrança e ressarcimento do dano material ou financeiro, com o imediato ingresso no Juízo competente.

Art. 210. Constatado pela autoridade existir no procedimento ou nos autos vícios insanáveis, declarará, conforme o que existir, a nulidade parcial ou integral do processo, nomeando outra comissão para sanar o que for possível, ou dar início a novo processo.

Parágrafo Único. Em qualquer hipótese tudo é feito com obediência as normas de procedimentos do inquérito administrativo.

Art. 211. A conclusão do processo e o julgamento fora do prazo por motivos justificados, não

implica em nulidade.

## **Seção IV**

### **Da Revisão do Processo**

Art. 212. O processo disciplinar pode ser revisto dentro do prazo de 5 (cinco) anos, desde que seja formalizado com fatos, circunstâncias ou determinações legais não discutidos e nem apresentados no processo que deu motivo a punição.

§ 1º O processo de revisão não se confunde com o de direito de petição, considerando-se que:

I - o processo de revisão é formulado contra decisão em processo disciplinar de iniciativa da autoridade competente;

II - o direito de petição é concessão feita ao servidor, cujo processo é de sua iniciativa;

III - no processo de revisão só cabe recurso diretamente ao Prefeito e ao Presidente da Câmara, segundo a esfera administrativa.

§ 2º Da decisão em processo disciplinar não cabe pedido de reconsideração.

§ 3º Compete aos familiares do servidor falecido, ou comprovadamente desaparecido, o pedido de revisão, desde que inscritos na sua ficha funcional.

Art. 213. Revogada a decisão em pedido de revisão serão devolvidos ao servidor, ou a seus familiares, todos os direitos e indenizações a que faz jus, exceto ao que se relacionar com cargo em comissão.

Art. 214. O pedido de revisão não suspende a punição, e se recebido pela autoridade julgadora do processo disciplinar, esta fará remessa à comissão processante ou revisora permanente que o instruirá no prazo de 60 (sessenta) dias, ouvido testemunhas se arroladas, com a elaboração do novo relatório conclusivo.

§ 1º O novo relatório conclusivo é encaminhado à autoridade julgadora para nova decisão ou confirmação da original dentro de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por idêntico tempo.

§ 2º Do pedido da revisão ou do recurso originário do seu julgamento não haverá agravamento da pena.

## **TÍTULO VI**

### **CAPÍTULO ÚNICO**

#### **Da Contratação Temporária**

Art. 215. Para dar atendimento a serviços de excepcional interesse público, inadiáveis pela sua natureza, é admissível a contratação de pessoal por tempo determinado.

§ 1º Além de outros que a lei estabelecer consideram-se necessárias as contratações para:

I - combater surtos epidêmicos;

II - fazer recenseamento;

III - atender a situações de calamidade pública;

IV - desenvolver estudos e atividades de pesquisa científica ou tecnológica por pessoa qualificada, mesmo estrangeiro;

V - ministrar aulas no ensino pré escolar e supletivo e educação especial, além do ensino de 1 e 2 graus;

VI - serventes, vigias e merendeiras; e

VII - agentes de saúde.

§ 2º As contratações somente poderão ser feitas após constatada a indisponibilidade de pessoal estável para tais serviços, com prazo máximo de 6 (seis) meses, estendendo-se improrrogavelmente a 1 (um) ano o pessoal que se enquadra nos incisos IV, V e VI.

§ 3º A contratação é feita mediante processo seletivo simplificado sujeito à ampla divulgação, observando critérios definidos em prévio regulamento, com exceção ao pessoal dos incisos III e IV.

§ 4º Na substituição do professor titular, a contratação só pode ser efetivada quando o afastamento for superior a 30 (trinta) dias, ressalvada a dos lotados em escolas reunidas e isoladas que pode acontecer quando superior a 15 (quinze) dias.

§ 5º A contratação exige do candidato a apresentação de atestado de aptidão física e sanidade mental, o qual será avaliado pelo órgão médico oficial, quando para os serviços dos incisos II, V, VI e VII.

Art. 216. O pessoal contratado para determinado serviço, não pode ser remanejado por outro e nem ser recontratado sem o cumprimento das exigências e procedimentos do artigo anterior, sob pena de nulidade e apuração da responsabilidade da autoridade contratante.

Art. 217. As contratações com base neste título, observarão os níveis salariais equivalentes ao do pessoal pertencente ao órgão ou entidade contratante, considerada a semelhança do trabalho.

Parágrafo Único. Tratando-se da substituição de professor, o contratado perceberá o vencimento equivalente a sua habilitação, com teto máximo igual aos vencimentos do titular no nível I.

## **TÍTULO VII**

### **CAPÍTULO ÚNICO**

#### **Ato das Disposições Gerais**

Art. 218. Ficam instituídos no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, das Autarquias e Fundações Públicas, do Município, além dos já constantes em leis específicas:

I - prêmios para apresentação de ideias, inventos ou trabalhos que favoreçam o aumento de produtividade e a redução de custos operacionais administrativos ou de investimentos; e

II - concessão de medalhas, diplomas de honra ao mérito, condecorações e elogios a servidores que tenham se destacado por relevantes serviços na administração pública, os quais valerão pontos de 10 (dez) a 50 (cinquenta) aplicáveis à promoção por merecimento.

Art. 219. O dia 28 (vinte e oito) de outubro é consagrado ao servidor público municipal, para cuja homenagem considera-se ponto facultativo em suas repartições.

I - Fica determinado o mês de março, como sendo a data base para negociações salariais, correções de perdas etc.

Art. 220. Na forma da Constituição Federal e Constituição Estadual, com o disciplinamento de lei específica e nos limites que forem definidos, é assegurado ao servidor:

I - direito de associação profissional;

II - direito de participação em órgão sindical de classe; e

III - direito de greve.

§ 1º A contribuição mensal de cada servidor não excederá a 0,5% (meio de um por cento) do vencimento, descontável em folha mediante autorização escrita do interessado, que a qualquer tempo poderá cancelar.

§ 2º As eleições da Diretoria e Conselho Fiscal, prestação de contas, administração, e direito de greve obedecerão os mesmos princípios de lei federal aplicável a matéria e ao serviço público em relação com o sindicalismo.

Art. 221. São familiares ao servidor:

I - o cônjuge ou companheiro que comprove união estável e convivência comum;

II - os filhos legítimos, adotivos ou considerados judicialmente; e

III - os dependentes que vivam as suas expensas, devidamente comprovado.

Art. 222. A sede do servidor é a localidade onde a repartição de sua lotação está instalada em caráter permanente.

Art. 223. A disposição de servidor só é concedida após a conquista de sua estabilidade e sem ônus para origem, exceto mediante reciprocidade de compensação financeira ou funcional administrativa de interesse público.

Art. 224. Fica instituído o Fundo de Recursos Humanos que será administrado pela Diretoria, para aplicação no instituto de seleção, desenvolvimento e aperfeiçoamento do pessoal da Administração Pública.

Parágrafo Único. Os recursos destinados ao Fundo serão consignados anualmente em orçamento, com dotação específica.

Art. 225. Em todo órgão público ou entidade com mais de 100 (cem) servidores será implantada uma Comissão Interdepartamental de Prevenção de Acidentes do Trabalho - CIPA, na forma de regulamento aprovado pelo Chefe do Poder Executivo.

## **TÍTULO VIII**

### **CAPÍTULO ÚNICO**

#### **Ato das Disposições Transitórias**

Art. 226. O exercício de um cargo assegura aos dependentes do servidor o direito a uma pensão, adicionando-se as complementações legais e excluído todo e qualquer valor pago em desacordo com este princípio, inclusive o que irregularmente vem sendo concedido, inadmitindo-se formulações de direito adquirido.

Art. 227. O servidor ocupante de cargo com tempo reduzido para aposentadoria no seu efetivo exercício, se alterado o cargo, ou no exercício de outro, com o tempo aposentatório maior, pode requerer a averbação do cálculo proporcional correspondente a 1/30 (um trinta avos) para mulher e 1/35 (um trinta e cinco avos) para homem (número de anos trabalhados vezes trinta ou trinta e cinco dividido pelo tempo reduzido de aposentadoria é igual a fração de anos considerada para o novo tempo aposentatória).

Art. 228. As vantagens financeiras atualmente percebidas pelo servidor e não previstas neste Estatuto, continuarão sendo pagas até que futura lei implante o novo plano de cargos e vencimentos.

*Parágrafo Único* – O disposto neste artigo também é aplicável aos atuais ocupantes de cargos beneficiados com o adicional de representação, ora extintos por esta Lei.

Art. 229. O Chefe do Poder Executivo expedirá os atos que se fizerem necessários à plena execução das normas exigidas por esta Lei, permanecendo em vigor todos os atos normativos que não colidirem com as disposições deste diploma, até que nova regulamentação entre em vigor.

Esta Lei terá sua eficácia a partir da publicação, respeitada a vigência de direitos anteriores e os que esse Estatuto faça retroagir.

Ficam revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 30 de junho de 1995.

**AILTON LAUDELINO ANDRADE**  
**PREFEITO MUNICIPAL**